



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7780 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

O CONTEXTO NACIONAL DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA REDE FEDERAL: SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO INEP_2014 A 2018

Ari Fernandes Santos Nogueira - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Iracema Oliveira Lima - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

O CONTEXTO NACIONAL DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA REDE FEDERAL: SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO INEP_2014 A 2018

Resumo: O presente trabalho, extrato de pesquisa de mestrado, busca responder o seguinte questionamento: quais assimetrias etnicorraciais são verificáveis nos índices de permanência de estudantes de graduação negros e não-negros? O trabalho buscou inscrever aprendizagens no campo do materialismo histórico-dialético mediante análise documental de relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira _INEP onde foi possível apontar a necessidade de exercer políticas de assistência estudantil no âmbito das ações afirmativas na garantia da equidade etnicorracial no acesso ao diploma de educação superior.

Palavras-chave: Educação Superior, Ações Afirmativas e Racismo

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de refletir acerca das assimetrias etnicorraciais na permanência de estudantes de graduação negros e não-negros, apresenta-se análise documental construída a partir de dados extraídos da Sinopse Estatística da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A análise foi construída mediante pesquisa quali-quantitativa. A pesquisa possibilitou a identificação de contradições sobre determinantes históricos e estruturais nos processos de permanência nos cursos de graduação e, portanto, relevantes para a compreensão dos impactos do racismo nos processos de democratização e/ou promoção de equidade na educação superior, afinal

os quatrocentos anos de escravismos foram definitivos na plasmação do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os valores e contra valores, o escravismo ainda é hoje um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *práxis* social coerente. (MOURA, 1983, p. 124).

Ainda que posteriormente, Moura (1983) apresente uma crítica sobre o olhar acadêmico e eurocêntrico que marxistas ortodoxos brasileiros fazem, inicialmente, das relações etnicorraciais na formação da sociedade brasileira, ele reafirma que:

numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, [...], alguns que negam a existência de um problema específico do negro no Brasil, acham que o negro é elemento cujos movimentos fogem ao simétrico, e, por isso, são separatistas, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado. (MOURA, 1983, p. 126).

Ao fazer referência aos processos escravistas, o autor traz para a centralidade da questão as relações etnicorraciais que historicamente elaboram as estruturas sociais reproduzidas pela Educação Superior de maneira institucional, mediante políticas implementadas, e as temáticas assumidas como determinantes de tais políticas.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi organizado para investigar a reprodução de estruturas e relações etnicorraciais na Educação Superior. Considerou-se que o intervalo de tempo entre o ingresso e a diplomação ou não-diplomação dos estudantes compõe o espaço/tempo das vivências que marcam e definem sua permanência, buscaram-se dados para captar e entender a realidade nacional, apontando os extratos que calculam os índices de ingresso e diplomação de estudantes negros e não-negros da Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Esses dados foram tabulados na busca de possíveis ocorrências de assimetrias etnicorraciais nos cursos de graduação das universidades federais.

O tratamento dos dados está disposto na apresentação das tabelas e gráficos de maneira a proporcionar uma análise sobre as assimetrias expressas pelos índices de aprovações, reprovações e trancamentos nos âmbitos dos cursos estudados^[1], permitindo uma reflexão sobre os impactos do racismo na permanência de estudantes nos cursos de graduação que destaca contradições e desmistifica a ideia de democracia racial e a pseudorealidade de promoção de equidade etnicorracial na permanência de estudantes na educação superior. No contexto dessas reflexões é que se inscrevem as análises a seguir.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Na busca por compreender o desenho marcado pelos dados nacionais dos índices acadêmicos das universidades públicas federais, foram considerados os dados da Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicados em 2018, organizados na Tabela 01 a seguir.

Tabela 01. Total de matrículas e concluintes nas universidades públicas federais conforme item 1.10 da Sinopse Estatística da Educação Superior do Inep (2018).

2014	MATRÍCULAS	CONCLUINTES	% MATRÍCULAS	% CONCLUINTES
------	------------	-------------	--------------	---------------

Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Negros	364.544,00	-	31%	0%
Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Não-negros	815.524,00	-	69%	0%
Total por resultado		1.180.068,00	-	100%	0%
2015		MATRÍCULAS	CONCLUINTES	% MATRÍCULAS	% CONCLUINTES
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Negros	433.928,00	-	36%	0%
Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Não-negros	780.707,00	-	64%	0%
Total por resultado		1.214.635,00	-	100%	0%
2016		MATRÍCULAS	CONCLUINTES	% MATRÍCULAS	% CONCLUINTES
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Negros	503.955,00	-	40%	0%
Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Não-negros	745.369,00	-	60%	0%
Total por resultado		1.249.324,00	-	100%	0%
2017		MATRÍCULAS	CONCLUINTES	% MATRÍCULAS	% CONCLUINTES
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Negros	576.293,00	-	44%	0%
Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Não-negros	730.058,00	-	56%	0%
Total por resultado		1.306.351,00	-	100%	0%
2018		MATRÍCULAS	CONCLUINTES	% MATRÍCULAS	% CONCLUINTES
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Negros	618.236,00	-	47%	0%
Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Não-negros	706.748,00	-	53%	0%
Total por resultado		1.324.984,00	-	100%	0%
CONSIDERANDO OS 05 ANOS LETIVOS		MATRÍCULAS	CONCLUINTES	% MATRÍCULAS	% CONCLUINTES
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Negros	2.496.956,00	-	40%	0%

Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Não-negros	3.778.406,00	-	60%	0%
Total por resultado		6.275.362,00	-	100%	0%

Fonte: Inep, 2018

Na leitura da Tabela 01, é possível verificar que os percentuais de matrículas de estudantes negros são crescentes ano a ano a partir de 2014 até 2018, chegando o total de matrículas nesse período a 40% de estudantes negros e 60% de estudantes não-negros. Considerando o fato de a população brasileira ser composta por 54% de pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, compondo o critério de raça/cor negra do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010. Aqui já se revela uma primeira assimetria, dado que a população negra compõe mais da metade da população brasileira, sendo que esse percentual não se reproduz quando se analisam os dados das populações de estudantes na educação superior pública federal. Revela-se uma inequidade evidente, permitindo a afirmação de que, ainda que seja crescente o número de estudantes negros na educação superior pública federal, não se verifica equidade etnicorracial ao se considerar os percentuais de negros e não-negros na população brasileira.

Outro fato que merece atenção é a ausência de dados sobre o quantitativo desses estudantes negros que concluem ou não concluem os cursos no tempo previsto. Não há registros que tratem dos quantitativos de concluintes considerando o recorte etnicorracial nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior do Inep até a última publicação em 2018. De maneira que a referência encontrada para essa análise foi extraída da Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, 2010, quando foram registradas assimetrias entre os índices de diplomação de estudantes negros e não-negros. Ainda que crescentes ambos os valores de diplomação entre os anos de 2016 a 2018, é verificável que em nenhum momento os percentuais mantêm relação equânime com os percentuais da população brasileira.

O documento do IBGE, 2010, apresenta dados da diplomação nacional para o intervalo entre os anos de 2016 a 2018 e expressa que a diferença entre negros e não-negros cresce no mínimo 1,1 ponto percentual de vantagem para o segundo grupo.

Em 2016, o percentual de diplomação de estudantes negros era de 16,8% e a de não-negros era de 33,5%. Em 2018, esses valores aumentam para 18,3% e 36,1%, respectivamente. Enquanto o número de estudantes negros diplomados cresceu 1,5 pontos percentuais de 2016 a 2018, esse mesmo valor para os não-negros cresceu quase o dobro, 2,6 pontos percentuais.

Há uma evidente e alargada diferença nos valores ao compararmos os índices de estudantes negros e não-negros diplomados no período considerado. A média percentual de diplomação para os 03 anos marca uma diferença entre os dois grupos que chega a 34,16% para os não-negros e somente 17,26% para estudantes negros. Mais uma vez uma diferença de quase o dobro percentual, 16,9%. Os dados descrevem um cenário contraditório para o discurso da democracia racial na permanência de estudantes na educação superior, evidenciado que esse discurso ainda não se verifica na prática ao que se refere à promoção de equidade na permanência na educação superior pública federal.

Ora, a inequidade verificável ao comparar os quantitativos de negros e não-negros na população brasileira com os percentuais desses dois grupos apresentados na Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE de 2010 promove um questionamento em torno do discurso e/ou ideia de democratização do acesso à educação superior: afinal, ingressar e não sair ou ter

o tempo de saída alargado pode ser considerado democratizar o acesso? Este questionamento por sua vez, aponta a necessidade de ampliar a ideia de acesso considerando não só os fatores que atuam sobre a negativa do ingresso à educação superior. Considera-se também as mediações históricas etnicorraciais que constituem as questões socioeconômicas no Brasil e implicam sobre os processos educativos, pedagógicos e institucionais da educação superior, agravando o que Coulon (2008) aponta como dever de “[...] adaptar-se aos códigos do Ensino Superior, aprender a usar suas instituições e assimilar suas rotinas” (p. 32) para os que objetivam sucesso no ensino de graduação.

Realizando um exercício de prever a diplomação dos ingressantes em 2014 para no mínimo 2018 (cursos de 04 anos), considerando a taxa de diplomação do IBGE (2010), e os dados da tabela 01, mais de 297.832 estudantes negros estariam entre as estatísticas dos evadidos ou não diplomados no tempo previsto. Já o mesmo exercício para os estudantes não-negros aponta um quantitativo de mais de 294.404 estudantes. Esse exercício revela que existiria uma desvantagem de mais de 3.428 para estudantes negros – números que denunciam assimetrias na permanência e diplomação.

Essas assimetrias ocorrem porque as condições de permanência e diplomação na educação superior não são as mesmas para negros e não-negros, como outros estudos têm apontado. O estudo de Passos (2015), por exemplo, demonstra que tão importantes quanto as questões socioeconômicas são as de ordem simbólica, cultural, pedagógico-institucionais das universidades que têm resistido a repensar, por exemplo, a organização didático-pedagógica dos cursos, cargas horárias e a própria cultura acadêmica que têm impactado a permanência de estudantes negros, principalmente os mais pobres, por conta das relações de raça e classe.

Além do desafio socioeconômico para a permanência na universidade e do racismo institucional, os estudantes cotistas negros e indígenas ainda terão que lidar com todos os meandros da cultura acadêmica para realizar com êxito o percurso universitário. Desse modo, a cultura acadêmica é aqui compreendida como a multiplicidade de sentidos, significações e finalidades que ao longo da história foram atribuídos à universidade em seus principais eixos de atuação – ensino, pesquisa e extensão – considerando-se os sujeitos que fazem o cotidiano da instituição universitária e o contexto histórico, social, econômico e cultural no qual a universidade está imersa. Contudo, a cultura acadêmica também é a soma de todo tipo de aprendizagem e também de ausências e silenciamentos. (PASSOS, 2015, p. 165/166).

Essa realidade denuncia a não proporção entre a composição da população brasileira e das comunidades estudantis nas universidades públicas federais. Os dados apontam inclusive que, para se democratizar e promover equidade de fato nas condições de permanência, com a presença de negros na educação superior, aumentadas inclusive pelas políticas de equidade no ingresso, há que se gerar uma demanda institucional por ações afirmativas – o que impõe uma revisão histórica sobre as relações etnicorraciais na educação superior, por parte das próprias universidades. Partindo do universo conjuntural apresentado pelos documentos referentes a dados dos índices acadêmicos nacionais, interessa pensar seus comportamentos no interior das universidades.

4 CONCLUSÃO

A necessidade de promoção de políticas de ação afirmativa e promoção de equidade no âmbito do ensino de graduação, para que seja promovida a igualdade de condições no acesso ao diploma de educação superior, são demandas da atual população estudantil das universidades públicas federais brasileiras. Negar essa realidade revela uma

contradição: atuar sobre a promoção da equidade no ingresso, mas resistir à essa atuação na permanência e diplomação no tempo previsto na legislação vigente. Afinal, no cenário descrito, é perceptível que há diferentes entraves para a permanência e diplomação dos dois grupos considerados nesse estudo. Além do mais, a não diplomação de um estudante é fenômeno que incide sobre seu ingresso no mundo do trabalho, qualidade de vida e condição de exploração. Sendo a diplomação uma das possibilidades de ingresso no mundo da produção científica e do trabalho, esse estudante, ao não concluir, tende a reafirmar estruturas históricas ao migrar para o trabalho informal ou mesmo para os armazéns de desempregados, reforçando as garantias de manutenção da exploração historicamente perversa.

Construir entendimentos na direção contrária dessa leitura só teria sentido na reafirmação de discursos meritocráticos impossíveis de se sustentar em realidades de oportunidades desiguais, por exemplo, de acesso à educação e condições de se manter nos cursos. Tais discursos só têm sentido se o intuito for maquiavar o fato de que não vivemos em uma democracia racial quando a questão é o acesso ao diploma de educação superior. Por conseguinte, reafirmar políticas racistas que têm impactado diretamente o comportamento dos dados apresentados, reforçando as desigualdades etnicorraciais no processo de diplomação contribui, sobremaneira, para uma sociedade menos equânime e mais assimétrica.

REFERÊNCIAS

COULON, Alain. *A Condição de Estudante: a entrada para vida universitária*. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

IBGE, 2019 (<https://biblioteca.ibge.gov.br/publicacoes/livros/liv101678.pdf>)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. Brasília: Inep, 2016. Disponível em <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 09/01/2019.

IPEA, 2008. *Estudo Desigualdades Raciais, Racismo e Políticas Públicas*. Diretoria de Estudos Sociais. Comunicado n. 04, Brasília, 13 mai. 2008.

MOURA, Clóvis. *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*. Afro-Ásia, n. 14, Universidade Federal da Bahia. 1983.

PASSOS, Joana Célia dos. *Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas*. (2015) Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000200155&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 02/09/2018.

[1] Nesse trabalho, a hipótese nula significa que não há diferença significativa entre os estratos por curso ou por modalidade da vaga. Os valores do p-value obtidos a partir do teste paramétrico de comparação de duas proporções com correção de continuidade para a comparação menor do que 0,05 (ou 5%) sugerem que há diferença significativa entre os estratos e os valores de p-value maiores que 0,05 sugerem que não há diferença significativa.